



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MAUS-TRATOS DE ANIMAIS			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1439/15	DATA: 20/08/2015	
LOCAL: Plenário 5 das Comissões	INÍCIO: 10h17min	TÉRMINO: 12h07min	PÁGINAS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Subprocurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Protetor de animais. RAQUEL FERREIRA VIANA - Diretora do Abrigo AuFamily, em Belém, Estado do Pará.

SUMÁRIO

Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar os fatos determinados como maus-tratos de animais.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da Ata da 3ª reunião.

O SR. DEPUTADO LAUDIVIO CARVALHO - Peço dispensa, Sr. Presidente.

Fica dispensada a leitura da ata, por solicitação do Deputado Laudivio Carvalho.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem a queira discutir, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

Aprovada a ata.

Comunico às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados o recebimento dos seguintes expedientes:

Do Deputado Chico Lopes, em que *“solicita seja designado Sub-Relator responsável por investigar maus-tratos de animais domésticos”*.

Informo ao Deputado Chico Lopes que já foi designado o Sub-Relator.

Do Deputado Alexandre Serfiotis, em que *“solicita seja designado Sub-Relator responsável por analisar a legislação vigente subsidiária à elaboração de proposições necessárias ao seu aprimoramento”*.

Informo ao Deputado Alexandre Serfiotis que já foi designado o Sub-Relator.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, que *“defere o Ofício nº 478, de 2015, da Liderança do PSD, que indica os Deputados Herculano Passos e Marcos Montes para suplentes da CPI”*.

Do Presidente da Câmara dos Deputados, em que *“defere o Ofício nº 170, de 2015, da Liderança do PV, que indica o Deputado Victor Mendes para suplente da CPI”*.

Da Deputada Shéridan, do PSDB de Roraima, em que *“solicita escusa pela ausência na reunião de instalação”*.



Da Deputada Jozi Rocha, Ofício nº 042, de 2015, de 18 de agosto de 2015, em que *“solicita renúncia do cargo de 2ª Vice-Presidente da CPI e informa que a Liderança do PTB indicará o Deputado Ronaldo Nogueira”*.

Do Sr. Ildo Gaspareto, Superintendente Regional da Polícia Federal no Pará, que, por e-mail de 19 de agosto de 2015, *“encaminha as informações prestadas pelo Dr. Ualame Fialho Machado, da DREX/SR/DPF-PA, e sugere a mudança de datas e a utilização da Polícia Civil do Pará, que possui delegacias em todos os Municípios, o que não é o caso da Polícia Federal”*.

Isso é por causa da convocação do Prefeito Marcelo Pamplona.

Antes de dar início à apreciação dos itens constantes da pauta, comunico aos nobres Parlamentares que, em razão da renúncia da Deputada Jose Rocha, fica vago o cargo de 2º Vice-Presidente, para o qual realizaremos eleição oportunamente, respeitando acordo obtido quando da formação da chapa que concorreu aos cargos da Mesa desta Comissão.

Vamos passar à apreciação dos itens constantes da pauta.

A reunião de hoje tem a finalidade de obter esclarecimentos sobre o caso da matança de cães que teria ocorrido na cidade de Santa Cruz do Arari.

Para tanto, foram convidados o representante do Ministério Público do Estado do Pará, testemunhas do caso e o Prefeito da referida cidade, este na condição de investigado.

O Item B da pauta é a deliberação de requerimentos.

Vamos passar ao Item A da pauta.

Informo às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que esta CPI não logrou êxito na intimação da testemunha Aragonei dos Santos Bandeira, em razão de sua provável inclusão no Programa de Proteção a Testemunhas.

Quanto ao Sr. Marcelo Pamplona, Prefeito da cidade de Santa Cruz do Arari, esta CPI está cumprindo todos os procedimentos exigidos para a realização de sua intimação e requisitou à Polícia Civil do Pará o cumprimento do mandado de intimação.

Hoje pela manhã o Prefeito nos ligou, disse que somente ontem à noite recebeu a intimação e pediu a designação de nova data. Nós estamos combinando uma nova data para o Prefeito Marcelo Pamplona se apresentar a esta CPI.



Por essa razão, ouviremos nesta reunião o Dr. Jorge de Mendonça Rocha, Subprocurador-Geral, Área Jurídico-Institucional, do Ministério Público do Estado do Pará; o Sr. Juka Sobreiro, que efetuou o resgate dos animais na Ilha de Marajó; e a Sra. Raquel Ferreira Viana, do Abrigo AuFamily, que abrigou 104 animais.

Inicialmente, ouviremos o Dr. Jorge de Mendonça Rocha, Subprocurador-Geral, Área Jurídico-Institucional, do Ministério Público do Estado do Pará.

Convido o Dr. Jorge de Mendonça Rocha a tomar assento à mesa.

Convido o Sr. Juka Sobreiro e a Sra. Raquel Viana para tomarem lugar à mesa também, pois serão ouvidos na sequência.

Informo aos nobres Parlamentares que esta CPI pretende ouvir o Promotor de Justiça do caso, Dr. Nelson Medrado, para o qual já foi aprovado requerimento específico. Porém, na reunião de hoje ouviremos o Subprocurador-Geral para a Área Jurídica e Institucional. O Dr. Jorge falará sobre o caso em linhas gerais e apresentará informações jurídicas e institucionais que, certamente, nos auxiliarão no andamento das investigações.

Peço a atenção dos nobres Deputados e Deputadas para os seguintes procedimentos que nortearão os trabalhos.

A palavra será concedida ao convidado, que terá o prazo de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Concluída a sua manifestação, será concedida a palavra ao Relator e aos Sub-Relatores e, em seguida, aos demais Deputados, observada a ordem de inscrição, para, no prazo de 3 minutos cada um, interpelarem o convocado.

O convidado somente poderá ser interpelado sobre o tema objeto desta CPI, nos termos da convocação formulada.

É permitida a permuta de inscrição entre os Deputados, mas os que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão a inscrição.

Conforme acordo de procedimentos aprovados por este Colegiado na reunião do dia 13 de agosto, a lista de inscrição será encerrada com o início da fala do convocado. Porém, em razão do quórum, o encerramento das inscrições ocorrerá com o término da fala do convidado.



Esta Presidência consulta os Srs. Parlamentares sobre a possibilidade de se formarem blocos de perguntas, com cinco participações cada, e dispensarmos a réplica e tréplica a que se refere o art. 256 do Regimento Interno da Casa.

Solicito ainda que sejamos breves, para que todos os inscritos possam fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Dr. Jorge de Mendonça Rocha, que disporá de até 20 minutos.

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Muito obrigado.

Bom dia a todos os presentes. Cumprimento a Mesa, na pessoa do seu Presidente, Deputado Ricardo Izar. Ao meu colega Antônio Eduardo Barreto, Procurador de Justiça do meu Estado, também os nossos cumprimentos.

Eu começo a minha fala parabenizando esta Casa pela instalação da Comissão Parlamentar, na certeza de que o trabalho aqui realizado muito subsidiará os nossos processos judiciais — não só a ação penal, mas também a ação de improbidade administrativa que o Ministério Público do Pará também está movendo.

Como um dos envolvidos ocupa o cargo de Prefeito Municipal da cidade, a questão passou para as atribuições do Procurador-Geral de Justiça, e esse a delegou a um Procurador já citado, o Dr. Nelson Medrado — que, infelizmente, não pôde estar presente, o que seria muito importante, uma vez que ele que acompanhou o caso desde o início.

Nós vamos nos ater a um relato dos fatos no âmbito jurídico.

Foi oferecida denúncia em 18 de setembro de 2013, em desfavor do Prefeito Municipal de Santa Cruz do Arari, Marcelo José Beltrão Pamplona, e outros nacionais, em razão da prática de extermínio e maus-tratos de cães no Município de Santa Cruz do Arari — localizado na Ilha do Marajó —, ocorridos nos dias 28 e 29 de maio de 2013, por ordem do Prefeito, mediante pagamento e utilização de bens e serviços da Prefeitura Municipal.

No dia 25 de agosto de 2014, as Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça do Pará receberam integralmente, por unanimidade, a exordial acusatória proposta, iniciando-se a fase instrutória do processo penal, com a expedição de Carta de Ordem ao Magistrado da Comarca de Cachoeira do Arari.



Na sessão de recebimento da denúncia criminal, três desembargadores — Desembargador Leonam Gondim; Desembargador Milton Nobre, e a própria Desembargadora Relatora, Desembargadora Nadja Nara Meda — votaram pelo afastamento cautelar do réu Marcelo Pamplona do cargo público, mas foram vencidos pela divergência inaugurada pelo Desembargador Rômulo Nunes.

No dia 15 de abril de 2015, foi realizada audiência de instrução do feito, sendo tomados a termo os depoimentos de sete testemunhas de acusação, conforme informado pelo magistrado local.

Ocorre que as testemunhas Aragonei dos Santos Bandeira, Lucas Pardauil da Costa e Benedito Rodrigues Correa não compareceram àquela audiência designada, tendo o magistrado oportunizado ao Ministério Público apresentar manifestações sobre essas testemunhas.

Ressalta-se que a continuidade da audiência de instrução para o oitiva das demais testemunhas foi designada para o dia 12 de maio de 2015, às 9 horas, na Comarca de Cachoeira do Arari.

A testemunha Aragonei dos Santos Bandeira foi ouvida no Tribunal de Justiça do Estado do Pará em 29 de maio de 2015, apresentado pelo PROVITA Pará, já que ele se encontra sob a proteção daquele programa.

Com relação à testemunha de acusação Lucas Pardauil da Costa, este faleceu em janeiro do corrente ano, sendo que o fato está sendo apurado pela autoridade policial local, notadamente para identificar possíveis relações com o processo criminal em instrução, não sendo mais possível a colheita de seu depoimento, como é natural.

Com relação à testemunha de acusação Benedito Rodrigues Correa, conhecido com Correa do Mel, o mesmo é o policial militar do Estado de São Paulo que organizou diversas ações voluntárias na região do Arari para resguardar os animais vilipendiados pela ação dos denunciados, sendo determinada sua oitiva por carta precatória para o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Na audiência das testemunhas de acusação, verificaram-se vários incidentes. A segunda testemunha arrolada pelo Ministério Público, Márcio Luis Barbosa Santana, relatou que havia mantido, nas declarações prestadas na delegacia, durante a investigação criminal, por receber pressão de uma moradora local, de



nome Lena Barbosa, passando a desconstituir todo o relatado durante a investigação.

Diante da discrepância nos fatos narrados, o Ministério Público requereu a condução da testemunha Márcio Luis Barbosa Santana para a instauração de procedimento criminal no crime de denúncia caluniosa, sendo a testemunha encaminhada à delegacia de polícia.

Na delegacia de polícia, essa testemunha Márcio Luis Barbosa Santana voltou novamente atrás em suas declarações prestadas em juízo, reafirmando o seu depoimento originário à autoridade policial e ao Ministério Público, justificando que mentira em juízo por medo de represálias dos réus — entre aspas — *“que resolveu mentir no fórum por temer sofrer represália por parte irmão do Prefeito, e para não comprometer ninguém; que ratifica o depoimento prestado na delegacia de Santa Cruz do Arari e afirma ser essa a verdadeira versão dos fatos”*.

Ante a mentira relatada em juízo, a testemunha Márcio Luis Barbosa Santana foi preso em flagrante pelo crime de falso testemunho, sendo arbitrada uma fiança pelo próprio delegado de polícia. O magistrado local homologou a prisão em flagrante e impôs a medida cautelar de fiança, medida cautelar diversa da prisão, do art. 319, conforme cópia dos autos do processo.

Nesse mesmo sentido, a sétima testemunha de acusação, de nome Simão da Costa Carvalho, também iniciou o seu depoimento destoando do que havia relatado durante a investigação criminal, e, assim, foi advertido da possibilidade de condução à delegacia de polícia para explicar as divergências entre o depoimento extrajudicial e o judicial.

Diante da advertência, o depoente relatou — entre aspas — *“que neste momento o depoente alega estar com medo, e pede tempo para raciocinar melhor, o que foi deferido. Após a pausa requerida pelo depoente, por cerca de 5 minutos, os trabalhos foram reiniciados, e, em continuidade às perguntas do Ministério Público, respondeu que confirma o depoimento prestado na delegacia”*.

Ante a ameaça concreta à instrução processual do feito e a necessidade de se resguardar a integridade da tutela jurisdicional através da medida cautelar necessária, foi requerido o afastamento dos denunciados Marcelo José Beltrão Pamplona e Luiz Carlos Beltrão Pamplona dos cargos e funções que exercem no



Município de Santa Cruz do Arari, como medida hábil para assegurar a instrução do feito processual. O afastamento foi indeferido pela Desembargadora Relatora.

O processo encontra-se na fase final, a instrução para o interrogatório do réu, faltando a devolução da carta precatória expedida para São Paulo.

Essa é a posição em que se encontra o criminal, ou seja, o processo criminal. Existe agora a ação civil pública por improbidade administrativa, que também foi ajuizada pelo Ministério Público do Pará, e que está tramitando.

Eu agradeço. Se tiver mais... Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Chico Lopes, Sub-Relator de Maus-Tratos de Animais Domésticos

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Convidados, queria fazer apenas uma indagação ao Sr. Jorge de Mendonça Rocha.

Evidentemente, a CPI já tem, pelo depoimento de V.Exa. — pelo menos eu, individualmente —, um quadro que não está passando sem serem trabalhadas as denúncias.

E agora eu perguntaria a V.Exa., porque nós estamos com esta CPI para ver quais seriam as novas leis, a modernidade de algumas leis para que se preservem mais os animais, se as leis atuais merecem continuar, ou nós aqui, depois de escutar, por exemplo, a questão dos jumentos que estão servindo de alimentação humana para a China e outras questões mais...

O paraíso, na minha concepção, é o Pará, e devemos ter um cuidado todo especial, porque quem conhece a Serra da Andorinha, quem conhece... Agora, as atividades, como questão de hidrelétrica, cortando estradas etc. e tal, isso tem a ver com a fauna, e devemos ter uma preocupação muito grande com o “país” chamado Pará, porque de Marabá para a sua fronteira são 300 quilômetros, é maior do que o Estado de Alagoas, e lá ainda continuam os rios e tal.

Sr. Presidente, eu acho que quem não conhece aquela região do Norte é bom conhecer, para saber da importância desta CPI e ter o conhecimento da Região.

Eu pergunto: as nossas leis atendem às nossas necessidades, ou esta CPI também tem que se debruçar, depois de ouvir muita gente, em novas leis ou renovação etc.? Pergunto isso para me ajudar também aqui na sub-relatoria.



O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Eu vejo assim, nobre Deputado: a própria Constituição já prevê esse amparo, essa proteção aos animais. O que falta é consciência, penso, e medidas mais severas na aplicação dessas normas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Nós não temos mais inscritos para perguntas, mas eu gostaria de fazer umas perguntas ao senhor.

O Prefeito Marcelo Pamplona, ele e o irmão são acusados, e os dois trabalhavam na Prefeitura. Eu queria saber, dos processos que ele está respondendo como réu, se ele está respondendo, primeiro, por utilizar dinheiro público para fazer um ato ilegal, porque ele pagava dinheiro para cada cachorro ofertado vivo ou morto.

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Sim, sim. Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Segundo, se ele também está respondendo por maus-tratos, que é crime, porque está na Constituição que é dever do Estado preservar a fauna; se ele está respondendo por improbidade e também por nepotismo, porque o irmão trabalhava na Prefeitura também, não é isso?

Eu queria saber quais são as acusações de que ele está sendo acusado e queria perguntar se é verdade que o irmão dele é delegado de polícia em Santa Cruz do Arari e que a primeira denúncia foi feita nessa delegacia, e ele se recusou a efetuar o boletim de ocorrência, sendo que foi feito em outra cidade para que pudesse ser aberto o inquérito policial.

Eu queria saber: o Aragonei e o Lucas são duas das testemunhas. Um está sob proteção policial de testemunha, e o outro, o senhor disse que ele morreu. Foi homicídio? As testemunhas foram ameaçadas em algum momento do processo? Essas seriam as perguntas básicas.

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Nós temos conhecimento de que as testemunhas estão sendo ameaçadas, inclusive está nos autos isso, que houve realmente o assassinato, tanto que o Ministério Público está investigando se há alguma relação com o caso, com a matança dos cães.

A ação penal, como V.Exa. mesmo... é em razão da perseguição, da matança desses animais, da forma, dos maus-tratos.

A ação de improbidade foi proposta uma vez que o Prefeito utilizou a embarcação para transportar os animais e lançá-los no rio. O Prefeito utilizou verba



do Município para pagar a importância de 5 reais por cachorro e 10 reais para pagar por fêmea, cadela. E mais: utilizou também servidores públicos do Município para fazer a perseguição desses animais.

Então, está bem clara, na minha visão, a conduta ímproba desse gestor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ele continua como Prefeito?

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Continua como Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Alguém quer falar mais?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu vou fazer uma pergunta desnecessária, mas, se eu não fizer, vou ficar me culpando.

Esse cidadão, os senhores da Justiça pediram algum exame da sanidade mental desse cidadão, como Prefeito? A Justiça pediu? Porque não é possível, gente!

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - (*Riso.*) É verdade.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Não é possível! Esse cara tem uma disfunção qualquer.

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Esse nível de maldade, não é, de crueldade?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Maldade. Eu estou falando porque eu sou da área da psicologia, e isso não é normal, o comportamento dele. E pior são os funcionários, com medo de perder emprego ou qualquer coisa, ou também se identificando com a causa. Eu acho que não basta só estarmos preocupados em prender ou tirar da Prefeitura, porque essa é uma medida, mas essa mais subjetiva, eu não acredito... porque ele selecionou, inclusive, fêmea e macho.

Ele mesmo está dizendo que, no caso de repressão sobre ele, ele vai pagar mais pela morte das fêmeas, porque se perde a reprodução. E outra: o animal, o cachorro, hoje, é um dos animais que serve de companhia para a maioria das pessoas de idade etc. e tal, porque, com a questão moderna da Internet, nós estamos falando com o mundo, mas estamos sós.

Numa casa com três pessoas, cada um está no seu cada qual, mas não falando entre si. Acabou a hora do almoço com todo mundo, o terço em família. Tudo isso desapareceu para quê? Eu sei o que aconteceu neste instante lá em Cuba, mas não sei o que aconteceu lá na esquina.



O cachorro é hoje... por exemplo, ter um cachorro é caro: veterinário, banho, tosa, não sei o que, para viajar de avião tem uma certa importância.

Então, eu acho que temos que pensar melhor a atitude não só criminosa, mas o próprio comportamento desse cidadão.

O SR. JORGE DE MENDONÇA ROCHA - Deputado, eu não tenho conhecimento se esse exame foi requerido, mas lhe garanto que, com a sua observação, nós vamos recomendar esse exame de sanidade mental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Deputados membros da CPI, eu quero me desculpar porque eu estava na CPI do BNDES, semana passada, na terça-feira, e não pude participar da reunião desta Comissão.

Mas eu acho que, num caso específico como esse, se não foi feito ainda, nós deveríamos agendar uma visita ao Pará, dos membros desta CPI, para forçar a barra da cassação rápida, do afastamento desse Prefeito, e mostrar que nós não temos medo de ameaça, e as pessoas lá... eu sei muito como vivem pessoas de regiões mais longínquas, porque tem uns coroneizinhos que vão se criando em alguns lugares, mas temos que chegar lá com força total.

Vamos visitar e louvar, de perto, o trabalho brilhante que está sendo feito pelo Procurador, pelo Ministério Público, visitar o Tribunal de Justiça e exigir o afastamento, a cassação desse cidadão — o afastamento até que ele seja definitivamente cassado. E, com a presença da CPI no Pará, certamente a imprensa vai trazer luz a essa visita e fazer com que as pessoas respeitem mais os animais, porque não é só no Pará.

Eu tenho acompanhado coisas no interior — aconteceu em Poços de Caldas e em outras regiões de Minas Gerais. As pessoas têm cachorros e maltratam mesmo! Então, no momento em que as pessoas souberem que nós temos um tratamento e que as próprias leis protegem os animais como um humano... o próprio Papa disse, consolando aquela criança que perdeu um cachorro, que logo, logo, ele iria se encontrar, num futuro bem próximo, iria se encontrar com aquele animal.



Algumas coisas têm que ser divulgadas, porque, infelizmente, o ser humano não deveria ser respeitado; o animal, sim. Todos nós merecemos respeito, mas, infelizmente, o que está acontecendo em vários lugares do Brasil...

Mas, em casos específicos como esse, acho que é papel primordial da CPI fazermos visitas, não só ao Pará, mas a Poços de Caldas e outros locais onde houve essas atrocidades.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Goulart.

Eu acho que V.Exa. poderia fazer um requerimento para que colocássemos na próxima pauta a ida a Santa Cruz do Arari.

Com a palavra o Deputado Junior Marreca.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Sr. Presidente, eu quero fazer uma pergunta. Esse Prefeito já é reeleito?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Já é reeleito.

O SR. DEPUTADO JUNIOR MARRECA - Então, eu acho que o papel nosso, com esta CPI, assim como falaram os nobres Deputados, Deputado Ricardo, é realmente levar a preocupação desta Casa e fazer com que se cumpram as leis brasileiras de proteção aos animais. Que possamos levar e divulgar isso no Brasil, principalmente nesses rincões e por aí afora.

Eu fui Prefeito também por 8 anos e tenho certeza de que, onde esse Prefeito está, ele deve estar achando que isto aqui é uma grande besteira, que isto aqui é coisa de gente besta, que tem que se preocupar com outras coisas e não se preocupar com os animais.

Então, nós não podemos passar, com esta CPI — e V.Exa. como o nosso Presidente —, nós não podemos passar em branco, nós precisamos fazer com que esta CPI tenha uma dimensão bem maior e fazer audiências públicas lá nesse Município, para conscientizar a população de que, se esse cidadão faz isso com um animal, ele faz isso com qualquer pessoa.

Essas atrocidades que existem nesses rincões, eu sou do Maranhão, e sabemos que existem muitas. Nós precisamos fazer com que esta CPI passe a limpo este País, porque também estamos preocupados com esses animais, com os



animais do País, com a responsabilidade, principalmente de um gestor, com esse tipo de situação.

Então eu quero me solidarizar com o requerimento que vai ser colocado para que possamos ir fazer uma audiência pública lá e em tantos lugares que sejam necessários para divulgar a preocupação da nossa Casa, da Câmara dos Deputados, com o cumprimento das leis de proteção aos animais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Ramos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - Na verdade, a preocupação de todos nós aqui na Câmara dos Deputados é buscar uma forma, acredito, que possa movimentar os Municípios e o Estado a trazer para o seu meio uma intervenção — uma secretaria ou uma comissão — que possa trabalhar para ajudar esses pequenos Municípios.

No Rio de Janeiro existe, há mais de 15 anos, a Secretaria Especial de Animais, mas, em vários Municípios, não existe. O Estado também não tem. Vários Vereadores e Deputados falaram com o Governador Pezão para que ele possa implantar, para facilitar, para haver a fiscalização e também ajudar esse segmento importante, porque hoje — a Carol tem nos ajudado — há dois cães para uma criança. Está havendo um crescimento grande e é preciso ter um cuidado maior. E tem que haver a participação do Estado e dos Municípios, para facilitar para todas essas pessoas que são cuidadoras desse movimento. Hoje, o movimento é o segundo maior nas redes sociais. Na Europa, é o primeiro movimento.

Então eu acho que cada um de nós, Deputados, deve chegar ao seu Estado e transmitir para o governante a necessidade de haver infraestrutura para essas seguidoras, protetoras, que fazem isso todos os dias, sem recurso, com o seu próprio recurso. Que o Estado dê, do seu orçamento, também alguma coisa para facilitar a doação, a castração.

Eu acho que esse é um movimento que também precisamos ver na CPI; devemos dar uma responsabilidade também aos governantes do Poder Executivo, junto com o Poder Legislativo, para se debruçarem nesses orçamentos.

Era essa a consideração que eu gostaria de fazer, porque só as protetoras, só aqueles que gostam dos animais, que cuidam na sua casa, é muito pouco, porque



cada vez tem mais animais de rua, e ninguém pega animais de rua para fazer a castração. Ficam sempre levando os de residência. Os de residência já têm pessoas fazendo esse cuidado. Então, eu acho que a temos que legislar em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Herculano Passos.

Na sequência, Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente, primeiro, eu quero parabenizá-lo pelo seu trabalho em relação a esse tema tão importante em defesa dos animais.

Esta CPI vai ser muito importante, a meu ver, e vai em defesa dos animais que são vítimas de maus-tratos.

Eu tive uma experiência muito boa, como foi dito aqui, como Prefeito de Itu, até porque, quando se é Prefeito, precisa-se saber um pouco de cada coisa, e não muito de uma coisa só, mas procura-se montar uma equipe de trabalho para que cada coisa funcione bem.

Lá em Itu, onde eu fui Prefeito, há duas zoonoses na cidade, porque a cidade é dividida em duas partes. Há 60 mil habitantes em um bloco, a 15 quilômetros do centro da cidade, e mais 120 mil habitantes no centro. Então nós fizemos duas zoonoses que servem de referência para qualquer Município.

Até gostaria de convidar a Comissão para visitar Itu e acompanhar todo o sistema de castração, de doações de animais, todo o serviço que é feito, não só dos animais como cachorro ou gato, mas pombos e vários outros animais, como o carrapato-estrela, que é da capivara.

Ou seja, a zoonose cuida da saúde dos animais e da saúde humana, porque os animais maltratados, doentes, também transmitem doença para o humano. Então o serviço de zoonose é muito importante para ambos: para os animais e para os humanos. Esse trabalho é muito benfeito em Itu.

Eu até gostaria, na próxima reunião, de fazer um requerimento para que possamos mostrar o modelo de trabalho de zoonoses, que é o nosso lá de Itu.

Eu entrei nesta Comissão até porque gosto do tema e estou na defesa dos animais. E apresentei um projeto de lei aqui na Câmara que já foi protocolado, que



vai justamente na contramão do que foi feito por esse Prefeito, nesse tema que foi abordado aqui agora, de chacina de cachorros. É um absurdo!

O nosso projeto o que é? É que nos *pet shops* haja a obrigatoriedade de ser envidraçada a parte onde aquele funcionário que vai cuidar dos cachorros trabalha, para que seja monitorado pelas pessoas em volta. E também haveria a câmera de monitoramento. A pessoa que leva um cachorro para um *pet shop* para fazer banho e tosa está nas mãos de uma pessoa que vai cuidar do cachorro. Mas podem acontecer maus-tratos lá. Então, a pessoa leva o cachorro ao *pet shop* e pode acompanhar o trabalho que está sendo feito pelo celular, pelo computador, para que, se houver maus-tratos com o cachorro ou o gato, seja qual for o animal lá no *pet shop*, haja o monitoramento e o acompanhamento da pessoa, até porque a nossa lei é para que haja a obrigatoriedade destas duas coisas: janelas envidraçadas para as pessoas verem por fora e também o monitoramento por câmera, que é mais importante ainda, porque pode ser acompanhado à distância.

Os maus-tratos com os animais na hora da tosa podem ocorrer: o animal às vezes reage, dependendo da ação daquela pessoa que está fazendo o trabalho. E conseqüentemente isso... O animal não sabe falar. Se ele foi maltratado, ele vai sentir tudo, mas não tem ninguém que possa defendê-lo. É a mesma coisa com babás. Às vezes vemos em algumas reportagens que a babá que foi monitorada por câmera bateu numa criança, judiou de uma criança. E aí ela só pôde ser denunciada porque foi filmada, uma vez que a criança pequena também não fala.

Então, eu entendo que queremos tocar esse projeto com a maior rapidez aqui na Câmara, para passar pelas Comissões. Quero dar os parabéns à CPI. Estamos juntos em defesa dos animais.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. DEPUTADO LEONARDO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria mais uma vez reafirmar a importância desta CPI, tendo em vista que algumas CPIs da Casa são consideradas — entre aspas — “mais importantes”. Esta Comissão, para mim, pode ter um trabalho muito importante, não só do ponto de vista da punição ou da denúncia, até porque, na verdade, ela se instalou em detrimento de algumas



denúncias. Acho que nós temos que aproveitar esta oportunidade neste plenário, com debates como estes que estamos fazendo agora e com a possibilidade inclusive de conhecermos experiências, como disse o Deputado Herculano, que me antecedeu.

Temos, com certeza, várias experiências exitosas por esse Brasil afora, tanto do ponto de vista de zoonoses, como de currais. Eu mesmo convivo numa região em que ainda existem muitas carroças. Há muita dificuldade de as Prefeituras, nas cidades médias e grandes, instalarem currais adequados para poder colocar os animais, evitar que fiquem soltos ou que sejam presos e maltratados. Há experiências também de *pets*.

Nós temos várias experiências exitosas, e, do ponto de vista dos dias de trabalho desta Comissão, nós podemos nos reunir e fazer com que esta Comissão de fato tenha propostas positivas do ponto de vista dessa relação com os animais, que é cultural. Sabemos o que é importante para nós. Estamos vivendo uma fase muito importante no mundo, na nossa sociedade, que é a mudança de comportamento. Há poucos anos, por exemplo, nossa visão de meio ambiente era uma; hoje estamos vendo que isso tem mudado e muito, principalmente muitas vezes no interior, na zona rural. Antes se jogava muita sujeira na água; o animal morto era jogado na água; não sei o que era jogado na água. Hoje essa consciência tem mudado.

Assim também eu vejo em relação à questão, por exemplo, das queimadas, da matança de animal silvestre, ou da prisão. Eu, por exemplo, fui criado na zona rural. Na minha infância, prendia-se muito animal silvestre. E caçavam-se também animais como rolinhas, preás, etc. Os nossos filhos hoje não fazem mais isso; as crianças não fazem mais isso. Pelo contrário, hoje elas protegem os animais. Muitos animais silvestres estão inclusive convivendo hoje no meio urbano, vieram morar no meio urbano.

A minha expectativa é que nós, nesta Comissão, possamos produzir um relatório, propostas, políticas públicas que possam de fato contribuir para melhorar nossa relação com os animais, com uma convivência melhor e com uma melhor qualidade de vida para os animais.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Leonardo, V.Exa. falou da proposição e, inclusive, há muito tempo já discuti com V.Exa. uma vez na Comissão e disse que precisávamos criar uma Comissão Especial. Eu acho que a sua ideia é interessante. E é isto que queremos fazer desta CPI: uma CPI propositiva, que nos permita construir políticas públicas para os animais.

Concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

O SR. DEPUTADO NILTO TATTO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu não consigo entender a atitude desse Prefeito. Eu só consigo entender mais ou menos nessa linha do que o Deputado Leonardo Monteiro está falando e também do que o Deputado Chico Lopes expressou aqui para nós. Esse Prefeito deve ter algum problema e, portanto, merece, sim, fazer um exame, para podermos entender o que se passou pela cabeça dele.

Mas eu também queria expressar aqui que tradicionalmente, principalmente no meio rural, no interior ou no sertão do País... Eu estou falando isso porque eu também vim da roça, trabalhei na roça até os 17 anos e, portanto, tinha outra relação com os animais domésticos e também com os animais silvestres, diferente da visão e da relação que eu tenho hoje vivendo no meio urbano. Também precisamos entender que há uma questão cultural, porque os animais domésticos sempre foram vistos, isso na nossa cultura, de forma utilitarista, seja para auxiliar na caça, seja para auxiliar no trabalho, seja na segurança, ou até para companhia, hoje em dia talvez mais para companhia, e às vezes para ajudar de certa forma a resolver problemas psicológicos das pessoas que precisam ter um animal e aí descarregam e têm essa relação. Então, não deixa ainda de ser uma relação utilitarista, da mesma forma como utilizavam os animais, os cachorros ou os gatos, seja para caçar rato, seja para caçar animais silvestres lá atrás. É preciso entender um pouco isso aí. Então, é uma questão cultural e, portanto, esta CPI precisa ter o carinho para poder trabalhar e produzir elementos para mudarmos essa forma de relacionamento.

Quero também dar ênfase a uma coisa importante, que é o atropelamento de animais. Se formos buscar hoje na legislação, Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, se estamos andando de carro e atropelamos um animal, a legislação vai obrigar o dono do animal, se ele tiver dono, a pagar os danos materiais e os danos morais



que porventura venham a ocorrer conosco, se por acaso o atropelarmos. Mas, se formos embora, tivermos condições de ir embora e deixarmos o animal lá estrebuchando, passando mal, nós não vamos ser punidos porque nós abandonamos e não socorremos o animal.

Essa cultura, essa forma de relacionamento é a maneira pela qual a nossa espécie se relaciona com as outras espécies, com as outras formas de vida — e aí estou falando especificamente no caso dos animais. Como faremos um trabalho para produzirmos conteúdo aqui por meio do qual venhamos a dialogar com a sociedade para mudar, sim, essa cultura? Precisamos mudar essa cultura de modo a fazer com que as pessoas não vejam mais os animais de forma utilitarista, seja para caça, seja para companhia, mas aprendam a se colocar também no lugar desses animais. Ainda não conseguimos fazer o exercício de superar a intolerância que temos com o diferente — aí estou falando da nossa espécie —, com seres humanos diferentes de nós do ponto de vista cultural, do ponto de vista ético, racial. Nós não conseguimos superar ainda, nós também estamos tendo que aprender a superar isso e a nos colocar também no lugar das outras formas de vida, dos outros animais.

É esta a expectativa que tenho: que, nesta CPI, possamos produzir conteúdo neste sentido.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Sr. Juka Sobreiro, que disporá de até 20 minutos. O Sr. Juka Sobreiro efetuou o resgate dos animais na Ilha de Marajó.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, não consigo registrar presença. Todo mundo está tendo dificuldade.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Eu também não. Tentei lá e tentei aqui.

(Não identificado) - Depois é só registrar a presença...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Ou senão fazer por escrito, para depois ficar registrado. Eletronicamente não estamos conseguindo.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Juka Sobreiro não é meu nome. Meu nome é Luiz Fernando. Eu, Luiz Fernando Sobreiro, faço, sob



palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado. A primeira coisa que eu gostaria de falar é que eu conheço o Prefeito Marcelo Pamplona, e ele não é louco. De louco, ele não tem nada. O que aconteceu lá em Santa Cruz do Arari acontece em outros Municípios do Marajó também. É frequente. O irmão do Prefeito no Ministério Público, na recepção do Ministério Público, disse o seguinte para mim: *“Da próxima vez eu faço bem-feito. Ninguém vai filmar”*. Ele não entendeu o erro dele. O erro dele foi que filmaram. Ele não entendeu que ele cometeu um erro matando os animais. O Deputado falou que atropelar um animal... Hoje atropelar um animal é como passar em cima de um tijolo. O animal é uma coisa, pela lei. Então, o que aconteceu lá em Santa Cruz do Arari, a informação que eu tive quando cheguei lá é que a cidade tem 3.500 habitantes e 1.500 cães — é uma coisa desproporcional. O animal vai sofrer de qualquer jeito. Há um método correto de fazer, e eu disse isso para o Prefeito. A ONG em que eu trabalhava se propôs a ir até Santa Cruz do Arari fazer castração, ensinar a posse responsável, mostrar nas escolas que o Prefeito errou. Eu nunca fui ameaçado lá. Das duas vezes em que fui a Santa Cruz do Arari, ninguém me ameaçou de nada. Mas existe, sim, o temor das pessoas que moram lá. Teve uma senhora que, quando eu fui resgatar os animais, ela falou: *“Ah, o senhor não leva embora, fui eu que pedi para o Prefeito trazer 35 cães para mim”*. Estava na cara dela o temor, porque, na hora em que nós começamos a resgatar, ela chorou. Não chorou de medo dos cachorros, nem nada disso. É de medo da autoridade do Prefeito, do coronelismo, coisa que existe lá há muito tempo, entendeu? Eu fui convidado pelo Correa do Mel para participar do resgate. Nós fomos em três: eu, Correa do Mel e Bruno Menegassi. O Bruno foi para fotografar, nós fomos para resgatar. A situação, o lugar onde ele despejou os animais são 6 horas de barco de Santa Cruz do Arari. É muito distante. Eu vi cães mortos — sobre cães mortos a gente nem tinha o que fazer, abandona, as piranhas vão comer — amarrados com arame. Eu resgatei um cachorro cujo focinho estava amarrado há 9 dias. Pegar esses 103 animais que conseguimos resgatar, dos 350 que ele jogou — muitos morreram, muitos morreram afogados, enfim, já chegaram mortos no local — é um trabalhinho pequenininho perto do que seria corrigir isso, hoje. E eu acho que a CPI vem e vai ter condições de fazer esse trabalho. A gente está falando de Santa Cruz do Arari, mas Belém tem todos os



problemas! As grandes capitais... O Deputado citou o exemplo de Itu, que tem um modelo de CCZ. Nós temos bons modelos, mas nós precisamos colocá-los em prática. O CCZ — a gente critica tanto o CCZ — é um órgão de defesa humana. Ele não está lá para fazer proteção animal — ele não pode judiar do animal. Não é o intuito do CCZ fazer proteção animal, mas se pudermos mudar isso um pouco... Por exemplo, em São Paulo, todos os animais que eu resgato... É o meu trabalho hoje. Eu deixei de ser publicitário para trabalhar só com resgate de animais. Todos os animais que eu resgato são castrados no CCZ de São Paulo, que faz uma castração de Primeiro Mundo. Não tem nenhuma melhor na cidade de São Paulo — particular, nada. Eles fazem um excelente trabalho. Só que está tudo sendo limitado. A Prefeitura hoje faz dez castrações por dia numa cidade como São Paulo. A Comissão podia entrar nesse trabalho e ampliar isso. Os protetores fazem. A Raquel tem 400 animais. Ela precisa de ajuda. O Estado precisa ajudar. A gente não pode viver só de doação de quem gosta do animal. A gente precisa ter apoio. O animal é tutelado pelo Estado. Só que o Estado não faz nada. Então, nós precisamos de apoio. A gente se propõe a fazer, mas eu não consigo... Por exemplo, eu pego... De dez situações de resgate por maus-tratos a animais, eu não consigo fazer um boletim de ocorrência. Se eu forçar a barra dentro de uma delegacia, o delegado me prende por desacato. Então, chega uma hora em que quem gosta vai acabar deixando de lado, porque não tem condições de ficar brigando o tempo todo. Teria que envolver...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Olha, para o animal levar vantagem, o ser humano precisaria evoluir. Eu acho que é aí que está o grande entrave. A gente não evolui. O animal continua sendo considerado coisa. Continuam testando nos animais. Para testar produtos que não têm mais nada a ver, vão lá e fazem, como era o caso do Instituto Royal. Não muda! A gente resgata, resgata, resgata. Eu tenho hoje na minha casa 60 cães resgatados da rua. Se eu continuar resgatando, eu vou ter 600 e, daqui a pouco, eu estarei louco, sem apoio de ninguém. Enfim, eu acho que fugi de Santa Cruz do Arari, mas eu vou voltar lá. Eu fui convidado pelo Correia para fazer parte desse grupo. Nós fomos 10 dias depois para lá. Santa Cruz do Arari é distante de Belém. De barco, na primeira



viagem, foram 14 horas. Resgatamos, em 3 dias, 83 animais muito combalidos de fome, mas nenhum agressivo. Não tinha nenhum animal agressivo. Usaram esse... *“Ah, os animais estavam agredindo as pessoas dentro de Santa Cruz do Arari”*. Não estavam. Nós trouxemos 83 animais dentro de um barco. Eles vieram dormindo por 13 horas. Ninguém sedou animal, ninguém fez nada. Eles ficaram quietos, com marola e tudo. *“Ah, os animais estavam doentes”*. Não. Eles não estavam doentes. Eles estavam com fome. Eles foram jogados num lugar onde só havia rio e bambu. O que o animal come? Bambu? Não. Então, quando nós resgatamos, eles não ofereceram resistência. Nenhum me mordeu. Eu resgatei 60 cães. Nenhum me atingiu. Não teve nenhum acidente. Descarregamos todos os animais na ONG dela sem nenhum acidente. Não morreu nenhum animal na nossa mão. Infelizmente, de novo, por uma burrada de um profissional que não deveria...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - O CCZ de Belém nos obrigou a vacinar os animais quando nós chegamos a Belém. *“Ou vacina, ou não desce os animais”*. E vacinar animal combalido é o mesmo que decretar a morte dele. Nós perdemos, dos 100 que nós resgatamos, 40, de novo, por uma intervenção errada de quem deveria estar fazendo o trabalho correto. Entendeu?

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Nós lutamos muito para eles não morrerem.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - E a luta continua. Os animais continuam com ela. Dois anos depois, eles continuam. Precisam de ajuda. Qual é a ajuda que ela tem? Doação. Doação de terceiros, só isso, por rede social. Agora, se alguém quiser perguntar alguma coisa sobre Santa Cruz do Arari, fique à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Primeiro, resalto no depoimento do senhor...

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Juka.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - ... Juka, a emoção com que ele falou. Segundo, lá no Ceará nós temos esse problema de tirar do bolso para fazer. E,



terceiro, eu gostaria, com mais profundidade, de saber quem foi que obrigou, neste caso, vacinar o cão, quando, certamente, o senhor deve ter dito que era fatal. Para mim, ele é tão irresponsável quanto o Prefeito, porque ele estava trabalhando com um profissional de resgate e impôs isso. Se ele queria fazer, primeiro desse a alimentação e depois fizesse a vacinação. Ele foi pelo caminho mais fácil. Gostaria de convocar esse cidadão da vacina. E, pelo menos na sub-relatoria, isto é o fundamental da questão: nós estamos querendo fazer uma CPI, e o Estado está sendo todo o tempo irresponsável no... Então, animal vai ser para gente rica, de classe média para lá, e não um animal que tem função no interior, nas capitais, cada um dentro dos seus valores culturais. Eu gostaria que o senhor citasse o nome do cidadão que disse: *“Ou faz ou não desce”*.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Olha, sinceramente, não lembro o nome da pessoa. Eu...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Mas e o departamento? Foi em Belém?

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Foi em Belém. Nós chegamos com os animais de barco, em Belém, e eles foram colocados em uns...

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Eles falaram que não poderiam entrar enquanto não houvesse autorização para a vacinação.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Os animais ficaram das 5 da manhã às 8 no Porto de Belém, dentro do barco, esperando a autorização do CCZ para descer.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Qual o dia e a hora?

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Aí eu não lembro.

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Foi mais ou menos dia 6 de junho; mais ou menos por aí.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Isso foi 10 dias depois do fato, porque foi quando nós chegamos lá.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Vou pedir informação sobre quem estava de plantão e quem eram os funcionários na hora que receberam a embarcação, que fiscalizaram a embarcação. A CPI vai fazer um ofício e pedir essa informação. E, se não tiverem, nós vamos lá.



O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Foi uma equipe do CCZ de Belém. Foram duas estagiárias e um médico veterinário que estavam lá.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra para o Deputado Valdir Colatto, eu queria saber, Juka, se... O Prefeito alega, nos depoimentos dele, que os cães estavam com leishmaniose. Foram feitos exames de leishmânia. Foi detectado algum caso de leishmaniose?

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Nenhum, nenhum. Foi feita sorologia de todos os animais com suspeita que determinaram como leishmaniose, nenhum com sorologia positiva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu ouvi aqui o depoimento do Sr. Juka, como ele gosta de ser chamado, pelo jeito. Na verdade, essa questão dos cães é uma coisa universal. O Brasil, segundo estatísticas, tem 45 milhões de cães — 45 milhões de cães! Então, imaginem aí o volume dos problemas, das questões que existem. E, com certeza, todos esses problemas são debitados para os Prefeitos, que não sabem o que fazer, como nós não sabemos. Aqui ninguém tem uma varinha mágica, a não ser o Presidente Ricardo Izar, que quer ter um hospital em São Paulo, quer instalar um SUS lá, junto com o Deputado Ricardo Tripoli, para os cães. Quem sabe mandamos todos para lá, para serem bem tratados, alimentados.

Eu fico olhando essa moça aqui, a Raquel. São 400 cães que tu tens?

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Quatrocentos e sessenta.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Quatrocentos e sessenta? Como tu fazes isso?

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Nós tiramos do nosso próprio bolso e através das redes sociais, fazendo campanha de arrecadação de verba, vendendo produtos que o abrigo produz — camisas, canecas —, para poder manter, porque, de ração, são 75 quilos de ração para cães por dia e 15 quilos de ração para gato todo santo dia. A Prefeitura não quer saber se os animais têm o que comer ou não. Mas nós não podemos deixar faltar, porque, a partir do momento em que falta, a



responsabilidade é minha. Eu estarei cometendo maus-tratos. Mas a Prefeitura, a partir do momento em que é omissa, em que não quer saber se o animal está na rua, se ali na rua ele pode transmitir doenças, em que não se preocupa em fazer uma castração, em promover campanhas... Para ela está normal, isso não é maus-tratos. Mas se eu tirar da rua, levar para dentro do abrigo e não prover as necessidades do animal, eu estou cometendo maus-tratos. Então, eu tenho que me virar.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - De pessoas assim como vocês, Raquel e Juka, o Brasil está cheio. Em Santa Catarina, há um casal, no Município de Xaxim, que tem 200 cães. Eles não conseguem se alimentar e sobreviver e estão com mais todos esses cães dentro da casa. Aí, o Prefeito não sabe o que fazer com isso. A dita proprietária dos cães não abre mão dos animais para fazerem qualquer trabalho. O Prefeito até quer ajudar, mas não consegue. Ela nem aceita ração doada, achando que a ração está envenenada e vai matar os cães, e assuntos dessa ordem.

Quem viaja — o Deputado Ricardo Izar deve viajar bastante pelo mundo — vê que esse problema de cães na rua praticamente não existe nos países desenvolvidos, ao menos nos mais desenvolvidos, e que a Europa e os Estados Unidos adotaram o *chip*. Todos os cães são “chipados”, e o dono é o responsável pelo cão. Eu tenho um projeto, inclusive, tramitando aqui na Câmara, para que sejam “chipados” os animais com os dados do proprietário, para que ele seja responsável pelo animal. Mas o problema que nós temos no Brasil, pelo que sabemos, é que as pessoas de menor poder aquisitivo são as que têm mais cães. E, aí, não conseguem alimentar a si nem aos cães e criam todo esse impasse sobre como vamos resolver isso.

Então, Sr. Presidente, eu acho que, na verdade, nós temos que tirar daqui uma legislação de responsabilidade para aqueles que querem manter seus cães, para que possamos buscar a solução, porque os prefeitos não vão conseguir resolver isso. Não concordo com ato como o feito por esse Prefeito de Santa Cruz do Arari, mas todos os prefeitos deste Brasil estão com esse problema. E como resolver isso? Nós temos aí o nosso SUS que não funciona para as pessoas. Como



tratar desses animais todos: 45 milhões de cachorros, 30 milhões de gatos e por aí fora?

Eu acho que nós temos que nos debruçar sobre o tema, para entender que maus-tratos são esses. Por exemplo, se eu não conseguir alimentar o animal direito — inclusive, foi aprovado um projeto aqui na Câmara sobre isso —, ou não usar todos os recursos possíveis, inclusive da medicina veterinária, para defender esse animal, isso é considerado maus-tratos e, portanto, crime. E, de uma forma ou de outra, manter o cão sem liberdade, na coleira, em um lugar fechado, é crime de maus-tratos, segundo o que nós aprovamos aqui, aliás, contra o meu voto. Aprovamos na Câmara dos Deputados e deve ter ido para o Senado. Então, na verdade, como é que nós vamos definir o que são maus-tratos? É falta de alimentação, é falta de atendimento pelo veterinário, é não cuidar, é deixar solto na rua, porque corre risco, em função dos carros?

Eu acho que nós estamos aí com um belo problema para resolver. O Prefeito achou uma saída lá que não é a recomendável, mas há muitos e muitos prefeitos que estão desesperados e nos perguntam o que vão fazer. E, esse, Sr. Presidente, é o nosso desafio aqui nesta Comissão, porque, na verdade, se jogarmos isso para o universo de cães que existe, vamos exigir um outro orçamento, praticamente, dos prefeitos, para que eles possam controlar isso. Então, nós não temos simplesmente que dizer: *“Bom, vamos condenar o Prefeito que fez isso”*, mas achar os caminhos para solucionar esse problema. Senão, vai ficar lá a Raquel com todos esses cães que não são dela, e o Juka. Eu tenho um amigo que é veterinário e começou a fazer esse trabalho também. Todas as noites, aparecem 10, 20 cães no pátio da sua casa. E ele vem nos pedir: *“Me ajude. O que eu faço?”*

Então, eu acho que nós temos que nos debruçar sobre isso. Ninguém aqui é a favor de maus-tratos, mas nós temos que achar uma saída. Não adianta ficar: *“Tem que fazer isso”*. Mas quem vai fazer e como vai fazer? Vocês estão fazendo na prática. Mas eu não queria estar no lugar de vocês, pela dificuldade que vocês devem ter para manter esses animais ou buscar essa defesa, esse trabalho que vocês fazem. Vocês são heróis, mas na verdade nós temos que achar uma solução macro, porque o Brasil é uma coisa enorme. Esse problema não existe só pontualmente. O Brasil está com esse problema, e temos que buscar uma solução.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Herculano Passos.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Sr. Presidente, aqui não veio, nesta convocação, o denunciante e também não veio o Prefeito, que foi convocado. E houve uma vítima que foi assassinada, não é isso?

A minha sugestão é fazer uma convocação para um parente próximo dessa vítima — pai, mãe, eu não sei a idade da vítima, ou um irmão —, para que venha aqui falar um pouco sobre esse caso. Essa é uma sugestão. Vou fazer um requerimento convocando essa pessoa próxima — vamos procurar saber — para vir aqui, porque há uma vítima, uma pessoa que morreu, e nós temos que apurar isso. Então, essa é uma proposta para uma outra ocasião — sei que não é o momento agora —, para nos aprofundarmos nesse tema, porque, além da morte dos cachorros, houve morte de uma pessoa.

Em relação a essa fala do Juka de 10 castrações em São Paulo, eu achei esquisito. Acabei de ligar para um veterinário da Zoonose de Itu, e ele falou que lá em Itu nós fazemos 20 castrações por dia, nas duas Zoonoses. Esse é o trabalho feito em Itu, uma cidade com 180 mil habitantes; São Paulo tem 10 milhões de habitantes. Então, eu queria saber sobre esses dados que foram ditos aqui.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - O Centro Cirúrgico do CCZ faz 20 castrações por dia: 10 castrações para protetores; 10 castrações para animais que eles, porventura, resgatam das ruas. É o limite do CCZ de São Paulo.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Então, o CCZ de São Paulo é muito pequeno em relação a...

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - E vai diminuir.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - E vai diminuir.

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Estão tirando, praticamente, as nossas castrações.

O SR. DEPUTADO HERCULANO PASSOS - Então, é um absurdo! Se uma cidade do tamanho de Itu consegue castrar 20 cães por dia, imagine em São Paulo, cuja dimensão é 100 vezes maior, quanto poderia ser feito.

E, inclusive, a Zoonose de Itu faz atendimento clínico gratuito para animais de pessoas de baixa renda. Esse é o trabalho. A Zoonose não é só para cuidar da



saúde humana. Ela cuida também dos animais, prestando serviço clínico gratuito para animais de pessoas de baixa renda que não podem pagar atendimento clínico veterinário para o seu animal. E a Zoonose cuida também dos animais submetidos a maus-tratos. Então, em Itu, o olhar da Zoonose é diferente do olhar da maioria das Zoonoses, como foi dito aqui. Por isso eu gostaria que fôssemos fazer a vistoria em Itu, para acompanhar esse trabalho.

Em relação à cidade de Itu, também, eu fiz um projeto de lei para que se possa repassar recursos para essas ONGs e subsidiar, com recursos financeiros, a compra de ração para esses animais. Então, se a Prefeitura quiser, ela pode destinar recursos. Desde que aprovado projeto na Câmara, lógico, e programado no Orçamento, ela pode repassar o recurso. Então, fizemos isso lá também.

A minha proposta agora, como a minha pergunta sobre os números já foi respondida, é, numa próxima ocasião, chamar uma testemunha aqui ligada à pessoa que faleceu, uma testemunha da família, para que possamos apurar melhor essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Ramos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS RAMOS - Raquel, Juka, no Rio de Janeiro, tivemos a felicidade de ter eleito, em 1997, o ator Cláudio Cavalcanti, que, no seu primeiro dia de mandato, trabalhou com afinco para ter uma Secretaria Especial de Animais. Em seguida veio o Victor Fasano, também ator. Depois, passou-se a escolher pessoas para a Secretaria sem experiência e convívio com esse segmento. E cada Prefeito colocou lá algum recurso. Agora, com o Prefeito Eduardo Paes, esteve lá o Vereador filho do Aloisio Freitas, que fez um trabalho, e conseguimos — agora estão dando continuidade — 4 mil castrações por mês, número ainda abaixo da demanda, da necessidade no Município do Rio de Janeiro. E vêm de Municípios bem próximos — São João, Itaguaí — pessoas para fazer essa castração, pessoas de outros Municípios da região do Rio de Janeiro. Lá há dez postos de castração de animais.

Eu vejo só uma saída para isso — e esta CPI pode colaborar com isso, os Deputados também —: que haja recursos específicos, dentro dos orçamentos federal, estaduais e municipais, para que isso tenha o mínimo de exigência em cada



Município. Fui Vereador por 22 anos, 6 mandatos, no Rio de Janeiro, sou agora Deputado e tenho andando pelos Municípios, no entorno do Rio de Janeiro, e vejo a necessidade, a demanda, o clamor dos moradores, querendo ter essa qualidade de vida para os seus animais. Então, só temos uma esperança hoje, na verdade: a ação de um grupo de Deputados no Congresso, que já vem lutando há muito tempo em defesa dos animais, com a liderança do Presidente Ricardo Izar, tendo leis já aprovadas, tendo trazido vocês a este movimento. Ele e um grupo de Deputados aqui vêm lutando desde 2011 por esta CPI. E ela veio se instalar neste momento importante, até, de crise econômica no nosso País.

Eu acho que temos que nos debruçar sobre a proteção de vocês. Temos que arrumar alguma coisa, porque não é possível a minha prima ter 50 cachorros, 12 gatos, ganhando um salário mínimo e meio, não fazendo campanha em rede social para cuidar deles, deixando muitas coisas de lado, até sua higiene pessoal, pela necessidade de cuidar desses animais, e o poder público, a autoridade pública, não ter, como disse o Vereador, um projeto, um plano de Governo para esse segmento.

Lutamos muito em algumas ocasiões para aumentar o volume de recursos para a saúde. Tivemos até alguma dificuldade. Chegando aqui, peguei uma grande carona com meu vizinho de apartamento e também de gabinete, o Deputado Ricardo Izar. Ele tem me dado algumas informações precisas, para que possamos nos debruçar sobre isso e avançar na ajuda a esses protetores de animais.

Como eu falei na audiência passada, as pessoas que convivem com isso na sua residência, porque não têm um sítio, não têm uma... Até em um sítio têm problema. Os que convivem com isso na sua residência têm problemas sérios com a vizinhança. A pessoa é tachada de maluca, de doida, de doente, porque está recolhendo um tipo de animal que, às vezes, o seu lar não comporta mais, mas a pessoa, com amor, dá carinho.

Então, eu quero deixar aqui, Deputado Ricardo Izar, o compromisso — sou novo aqui na Casa — de me debruçar sobre a sua experiência e a de outros Deputados que já trabalham no sentido de diminuir a aflição dessas pessoas, dessas ONGs, desses grupos adeptos a essa causa, de avançar com pesquisa, de visitarmos esses setores. Onde há um modelo bom, estamos tentando pegar esse modelo para levar para o nosso Município.



Como V.Exa. falou da castração móvel, eu falei com o Prefeito Eduardo Paes, e ele mandou que o Secretário viabilizasse um projeto para ver de que maneira isso pode acontecer no Município do Rio de Janeiro, fora os pontos fixos. Aí eu vou pedir a sua ajuda, porque uma protetora falou que custava um valor, em São Paulo custa outro, então, vamos buscar esse valor para ser um valor bem acessível para o Município.

Quero agradecer a oportunidade e dizer, Raquel e Juka, que esta luta agora só aumenta. Com esta CPI, vamos ter oportunidade de mostrar a todo o Brasil e a todo o Congresso Nacional que precisamos ficar como estamos também com os seres humanos na rua. Passamos pela rua e não os vemos. Parece que somos cegos. Está ali deitado no chão, e não temos uma solução. Passamos e parecemos surdos: “*Oi, oi, moço!*” Parecemos surdos. E alguns não são nem surdos, nem mudos, nem cegos, mas estão fazendo aquele *cooper* ligeirinho. Chamou, ouviu, mas está com pressa e não dá atenção. Então, também temos esse grande defeito nesse segmento de pessoas na rua. Eu acho que precisamos também dar uma contribuição para solução desse problema no Parlamento.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado.

Antes de passar a palavra aos demais inscritos, quero saber se alguém tem alguma pergunta a ser feita para o Subprocurador Dr. Jorge? Se não, eu já vou liberar o Dr. Jorge. *(Pausa.)*

Dr. Jorge, obrigado pela presença.

Passo a palavra à Deputada Tereza Cristina.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Bom dia, Presidente. Bom dia, Raquel, Juka e Subprocurador, que vai agora nos deixar.

Caros colegas, eu ouvi, com muita atenção, a fala do Sr. Juka, que disse que, quando fizeram o resgate no Pará, eles não puderam descarregar os animais do barco porque precisavam de uma vacina. Que vacina era essa? Contra a raiva? *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Contra a raiva. Tá.



E ele disse que a administração dessa vacina, no estado em que estavam os animais, debilitados... Eu sou engenheira agrônoma, não sou veterinária, mas vejo que faltou bom senso, realmente, aos técnicos, porque podiam ter colocado esses animais em um lugar, ter esperado alguns dias para que se recuperassem e depois ter feito a vacinação.

Eu queria dizer a vocês que, infelizmente — ou felizmente —, com esta CPI, nós tocamos num ponto nevrálgico de uma situação que acontece em todo o Brasil, por falta de uma política pública, de um direcionamento para os animais. Com esta CPI, nós estamos chamando a atenção do Brasil, está certo? Não tem cabimento algumas pessoas, como a senhora, que gosta dos animais e faz isso... Mas não é suficiente acolher 260, 400, mil, diante de não sei quantos milhões de cachorros que andam pelas ruas. Eu acho que esse Prefeito foi de uma tremenda falta de sensibilidade, mas é por falta, vamos dizer, de um regramento, de uma política pública. Foi um sadismo isso que ele fez, mas, realmente, nós temos que pensar, como disse aqui o Deputado Colatto — não justificando esse ato isolado —, que nós temos que dar condições aos prefeitos de poderem dar garantir que esses animais sejam castrados. Não sei se é só a castração ou se é um conjunto de medidas que deverão ser feitas para que tenhamos uma redução da população de cachorros que vivem soltos pela rua, não os cachorros que estão em casa, bem tratados por aquelas pessoas que têm amor pelos bichinhos, mas esses cachorros que às vezes até a pessoa deixa para lá.

Eu também fui criada em fazenda — quando cheguei, assisti ao depoimento de um outro Deputado, e eu também fui criada em fazenda — e cansei de assistir, no passado, porque não sou mais jovem, que, quando nasciam muitos gatos na fazenda e havia excesso de gatos nos armazéns, todo o mundo punha num saco, amarrava e deixava na rodovia ou jogava no rio. Quer dizer, essa é uma prática antiga e cruel, mas que era feita. Hoje não há mais cabimento em se fazer.

Eu acho que nós temos que nos debruçar sobre essa questão da capação desses animais, ver como se pode fazer isso, talvez com campanhas, com dia ou semana da capação dos animais no interior.



Eu até queria fazer uma pergunta ao Sr. Juka. Desculpe-me a ignorância, mas nós só temos CCZs nas capitais, geralmente, ou todos os Municípios há um CCZ?

O SR. LUIZ FERNANDO SOBREIRO (Juka Sobreiro) - Os que não têm CCZ recebem verbas para a zoonose, caso de Santa Cruz do Arari, por exemplo. Não existe um CCZ na cidade, mas ela tem uma verba de zoonose para vacinar os cães contra raiva, para uma série de coisas. Mas, como eu disse, sempre com o fim de preservação do ser humano, que é a função do CCZ.

A SRA. DEPUTADA TEREZA CRISTINA - Certo. Para doenças, não é? Eu acho, então, que precisa haver uma fiscalização, porque, se o Prefeito recebe a verba, ele tem que utilizá-la. Nós temos que fazer alguma coisa para que esses prefeitos utilizem essa verba ou então a devolvam. E aí, sim, o caos estará instalado. Mas é preciso que o Ministério da Saúde, que é, provavelmente, quem manda essa verba, fiscalize a sua utilização.

Nós temos que nos debruçar sobre uma política viável, porque às vezes, no Brasil, temos mania de fazer leis para o Primeiro Mundo. Nós temos que fazer leis que sejam acessíveis, que nós possamos executar. E eu acho que podemos fazê-las. Nós podemos, aqui, ouvindo todas as partes, debruçar-nos sobre isso, estudar as legislações dos países desenvolvidos e aprender como fazer.

E como é que nós podemos ajudar, também, hoje? Já que nós ainda não temos uma política, como é que o Estado pode fazer, não para massacrar essas pessoas que têm esses abrigos e que cuidam desses animais, mas para ajudar essas pessoas a nos ajudar?

O que eu queria saber era sobre a vacinação, que é pertinente, mas a hora foi muito ruim, talvez, por ignorância ou, sei lá, por má intenção. Não me cabe aqui julgar, porque eu não estava presente. Mas, realmente, nós temos esse problema no Brasil todo e precisamos achar uma solução para ele. Eu acho que a castração é a primeira delas, mas não basta só essa política. Nós temos que achar outras ações que, em conjunto, façam com que se reduza essa população de animais que são largados pela rua.

Muito obrigada, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Queria comunicar que começou a Ordem do Dia, então, nós não vamos poder votar os requerimentos. Esses requerimentos que estavam na pauta nós vamos deixar na mesma ordem, para a próxima terça-feira.

Inclusive, há um requerimento na pauta do Deputado Maurício Quintella Lessa, que está aqui como Líder do PR e quer usar a palavra.

O Deputado Afonso é o último inscrito. Depois passarei a palavra ao Líder Maurício Quintella Lessa.

Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Sr. Presidente Ricardo Izar, colegas Parlamentares desta CPI, situação tão adversa como essa nos provocou até mesmo a fundamentarmos aqui e instituímos uma CPI. E, a partir dos assuntos aqui tratados — eu não pude ouvir o palestrante anterior —, vemos com profundidade a deficiência, exatamente, de uma política consistente, do ponto de vista nacional, do ponto de vista estadual e do ponto de vista de responsabilização e de ação onde acontecem as coisas, que é no Município.

Os próprios depoimentos trazem até uma indignação, porque a situação é complexa. Sabe-se das razões, mas se transfere o problema, fazendo uma crueldade. Não é solução, muito pelo contrário. Nós, aqui, temos que buscar mais do que um encaminhamento, temos que buscar solução para isso. E quero fazer uma sugestão ao nosso Presidente. Já está havendo tramitação de proposta de legislação sobre a questão das responsabilidades, mas me parece que nós temos que propor, em decorrência da CPI, com o seu andamento, uma política consistente.

Ocorrem-me algumas ideias de necessidade, porque, primeiro, tem que haver efetivamente um controle populacional. Essa é uma política, faz parte da estruturação de uma política. Como se faz isso? Faz-se com quem estuda esse tema. E temos que ter um universo de uma política propositiva para o ano 1, para o ano 2, etc., quem sabe uma política decenal para a questão dos animais.

Também me ocorre que já há esse esforço, que é verdadeiro, e não podemos desestimular quem faz esse gesto. Disseram que não é solução, mas para 400 animais é, ou para 200. Para quem os acolhe numa associação protetora dos



animais ou por iniciativa pessoal, tudo isso ajuda, mas sempre se recai no problema de que essa é uma parte do processo.

Então, eu imagino que nós podemos legislar e trabalhar, quem sabe, com uma proposição, em decorrência desta Comissão, que vai ter seus desdobramentos, em função dos casos, para o estabelecimento de uma política pública efetiva.

Já existem conselhos de zoonoses, mas não existem os conselhos do ponto de vista de compromisso com a proteção dos animais. Se nós tivermos o engajamento de pessoas, dentro de cada célula, de cada Município, buscando soluções dentro de um conceito e de uma política de curto, de médio e de longo prazo, nós podemos instituir, por exemplo, que um fundo nacional, um fundo estadual e um fundo municipal, respaldados por um conselho, possam ter uma conta específica de contribuição, para atender às necessidades, para aliviar o abandono, associado à responsabilização dos proprietários. A esse respeito já há iniciativas legislativas. Vamos ver as que existem. Pode-se associar a isso uma política que trabalhe a questão desse projeto de controle. Mas nós temos que trabalhar o imediato, o emergencial, que precisa de recursos. Não dá para transferir a responsabilidade toda para o Município. Por que nós não podemos legislar e buscar, por exemplo, uma fonte nos laboratórios que vendem produtos veterinários e no próprio consumidor? Por que nós não podemos tirar um pequeno percentual para um fundo de responsabilidade que venha a fazer exatamente isso? É possível. Culturalmente, muitas pessoas não estão preocupadas, mas, mesmo para os despreocupados, isso é um problema, ainda que não tenham um sentimento em relação aos animais.

Eu acho que essa conscientização está havendo, e ela é necessária. Portanto, a CPI acaba tendo um papel importante, ao aprofundar-se em problemas críticos, mas também ao encaminhar propostas onde não há uma política consistente. E parece-me que nós podemos e devemos avançar em relação a isso.

Então, acho que, à medida que os debates vão sendo feitos, nós vamos colhendo ideias, colhendo sugestões e podemos e devemos propor uma política efetiva, com os seus pilares. Quais são eles? Eu estou aqui citando alguns que entendo que sejam necessários.



Já fui Secretário Municipal no meu Município, Bagé, e lá a preocupação com a população de animais era grande. E só tirar das ruas e fazer uma campanha de adoção não resolve. Já se fez isso, já se tentou, já se lançaram *folders*, lá numa das células, num Município, e esse problema é recorrente e complexo. Mas como é que está sendo feito esse controle? Essa tem que ser uma política nacional. Não sei como é que ela está sendo tratada, efetivamente. Ela está mais na iniciativa de órgãos e de pessoas com consciência sobre o que representam os animais.

Por outro lado, a sociedade está cada vez mais adotando animais. Isso está acontecendo com aquele que tem mais estrutura. Agora, quando se vai para as comunidades mais periféricas, quando se vai para as localidades que têm vulnerabilidade social, essas localidades estão associadas ao descontrole na população de animais de rua e à ausência de responsabilidade com os animais, o que é difícil. Mas uma política de controle, uma política de suporte, uma política com fundos, com receita, é uma política positiva. E mais: isso tem que começar a ser planejado com um componente de curto, de médio e de longo prazo.

Então, queria deixar essas sugestões, Sr. Presidente. Eu imagino que o fórum de discussão da CPI tenha um encaminhamento pontual, mas ele deve, quem sabe, trabalhar exatamente na constituição de um grupo de trabalho, de uma Comissão Especial, num outro momento, com prazo. Eu entendo que podemos colher boas ideias e colocá-las na concepção de uma política de responsabilidade e de proteção aos animais, porque há uma correlação com a responsabilidade das pessoas. Quer dizer, quem é o proprietário? Vamos ter que fazer um cadastro. “Ah, é difícil!” Mas nós podemos fazer, porque, se é um problema de zoonose, se é um problema de saúde pública e se é um problema na questão dos animais, um trabalho nesse sentido pode e deve ser feito, sem criar empecilhos burocráticos, mas no sentido efetivo das responsabilidades, porque há a responsabilidade humana.

É claro que, em primeiro plano, está a saúde humana, a pessoa, a vida, mas, associada a isso, há uma outra vida, que é a vida dos animais; associada a isso, há a responsabilidade da sociedade como um todo. Há animais que acabam se reproduzindo e ampliando o problema, que fica potencializado em todas as cidades. Quanto mais periférica a cidade, maior é o problema. Não é um problema só de



grandes cidades, é um problema do interior do interior. E é um problema de profundidade cultural, como aqui foi abordado.

Então, atrevo-me a fazer algumas sugestões e até um encaminhamento, porque eu imagino que esta CPI pode e deve trazer uma contribuição efetiva. E, da nossa parte, não estamos aqui para fazer política de faz de conta — com certeza a grande maioria aqui não está. Por isso, quando nós recebemos convidados, quando vemos a profundidade do compromisso, da responsabilidade, nós devemos, aqui, que é a Casa de Leis, propor não a lei que, na linguagem popular, não pega, mas propor o que é prático, o que é plausível, o que é executável, o que é viável, e aí buscar exatamente a experiência das pessoas.

Eu tenho um pouquinho de experiência sobre isso, cada um tem um pouco, mas eu acho que, efetivamente, nós podemos e devemos trabalhar exatamente na construção de uma política pública consistente com as responsabilizações, com a busca dos meios e de uma condição de executar algo que traga esse equilíbrio nas relações entre animais, pessoas, sociedade e responsabilidade de todos.

Era essa a minha colaboração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Afonso, V.Exa. falou sobre a questão do fundo. Existe até um projeto tramitando na Casa que cria o Fundo Nacional de Proteção Animal, que vem nessa direção. É um projeto que diz que pessoas físicas e jurídicas podem doar para esse fundo e abater do Imposto de Renda, e as empresas de *pet* e de medicamentos veterinários pagariam uma taxa. É um projeto que cumpriria esse papel.

Nós designamos um Sub-Relator, o Deputado Alexandre Serfotis, justamente para fazer isso que V.Exa. falou: proposições, para que saíamos desta CPI, como o Deputado Luiz Carlos Ramos falou também, com propostas de legislações que melhorem as políticas públicas.

Deputado Maurício Quintella Lessa, Líder do PR, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou ser rápido, até porque já se iniciou a Ordem do Dia, e precisamos voltar ao plenário.



Eu queria, inicialmente, parabenizá-lo pela iniciativa de criação da CPI. Os maus-tratos contra animais hoje são uma questão que preocupa toda a sociedade brasileira. Havia uma exigência de que esta CPI fosse criada não só para a gente expor aqui, para o Brasil inteiro, o que está acontecendo nos Municípios brasileiros, o que algumas pessoas estão fazendo contra os animais.

Em redes sociais, são impressionantes os vídeos que há em relação aos maus-tratos contra animais, à tortura, aos assassinatos, abertamente. Se a gente passar ali alguns vídeos que estão expostos na Internet, nós vamos chocar o Brasil. E acho que esta é uma grande oportunidade, primeiro, de a gente expor esse tipo de coisa, até para justificar a CPI. Mas acho que o mais importante desta Comissão Parlamentar de Inquérito é que a gente consiga compilar todos esses projetos que tramitam nesta Casa em relação ao meio ambiente, ao controle de zoonose, à proteção dos animais, e que a gente saia daqui com uma proposta, com uma legislação clara, que contemple tudo isso de que o Brasil precisa. E que o Brasil avance nesse sentido, que a gente saia daqui com uma legislação avançada, no sentido de normatizar essas relações entre pessoas e animais, entre os Municípios, Estados e o Governo, em relação aos animais, em todas as áreas.

E também, Sr. Presidente, eu apresentei já, inicialmente, na verdade, eu sugeri ao Capitão Augusto, que é o nosso membro do Partido da República na CPI, um requerimento para que a gente faça uma investigação aqui em relação ao NEAFA. O NEAFA — Núcleo de Educação Ambiental Francisco de Assis, na cidade de Maceió, até então fazia um trabalho extremamente importante de proteção, estímulo à adoção, de zoonoses, mas, no ano passado, um fato que estarreceu toda a sociedade alagoana aconteceu no NEAFA. Mais de 30 cães foram envenenados, 12 morreram, vários outros ficaram com sequelas, e, no início das investigações, ficou claro, pelo que a imprensa apurou, o Ministério Público, a Polícia Civil, que isso partiu de um dos colaboradores do NEAFA, para poder atingir a média de controle de natalidade e mortalidade de cães e gatos no instituto.

Enquanto essa investigação caminha a passos lentos no Estado, na semana passada, já em curso a investigação, foi descoberto um grande cemitério clandestino no terreno ao lado do NEAFA, com dezenas de cães e gatos em decomposição, um negócio que tomou a mídia nacional, e que é preciso que seja esclarecido.



Então, nós temos um requerimento, aqui, para ouvir o Ministério Público, ouvir o colaborador que é, a princípio, acusado de comandar essa matança, e também os dirigentes do NEAFA, para que a gente consiga esclarecer a sociedade alagoana e a brasileira sobre o que efetivamente aconteceu lá.

No mais, como é início de CPI, desejo um bom trabalho a todos os membros, a V.Exa., que a preside e foi o autor do requerimento que deu origem a ela, e que a gente saia daqui com uma grande produção em favor do Brasil e dos animais, que todos nós amamos, sem dúvida nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Agradeço ao Deputado Quintella Lessa.

Ele já tinha me comunicado desse caso, desde a semana passada estamos falando dele, nós íamos pautar hoje, mas, por causa da Ordem do Dia, fica o compromisso com o Capitão Augusto de que nós o pautaremos no começo da próxima sessão da CPI.

Nós só vamos, agora, ouvir a Sra. Raquel Ferreira.

Antes, vou passar a reportagem da Rede Globo que traz as acusações de Santa Cruz do Arari.

(Exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE - Nós vamos passar depois a matéria.

A Sra. Raquel Ferreira Viana fará o depoimento dela.

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Boa tarde. Eu sou representante do Abrigo AuFamily e, na ocasião do massacre, nós fomos procurados para receber os sobreviventes. O nosso espaço não era adequado, mas, como a situação era grave, e a nossa preocupação é com o resgate e a recuperação de animais, nós não tínhamos como virar as costas e fingir que o problema não estava acontecendo. O Juka foi para Santa Cruz, foram duas viagens, e, no total, nós recebemos 104 cães de lá, e um porco paraplégico, que também veio, que foi vítima de maus-tratos lá na Ilha, também. Nós conseguimos recuperar os que não morreram da vacina, os que não adoeceram, os que não tiveram a imunidade afetada pela vacina, nós conseguimos recuperar todos. Hoje nós temos cerca de 60 cães, todos castrados pelo abrigo, sem nenhum centavo recebido de poder público, de Prefeitura, de ninguém, tudo com recursos particulares, e os animais estão aptos para a adoção. E



não custou tão caro, não. O que é preciso, no fundo, é ter boa vontade, é realmente ter compromisso com o que se faz, com aquilo em que se acredita. E por isso a gente conseguiu recuperar não só esses 64 que sobreviveram, mas todos os 460 animais do abrigo, porque 60 vieram de Santa Cruz do Arari, mas 400 foram recolhidos das ruas de Belém. Belém não tem políticas públicas, o Pará não tem. O problema não está só em Santa Cruz, está no Estado todo. Então, não sei se o momento é oportuno, mas, como representante da ONG, se a Comissão tivesse realmente condições de ir ao Estado, ao Município de Belém, e chamar para si a responsabilidade de chamar Prefeito, Governador, todo mundo, porque o caso é muito grave... Nós não temos delegacias direcionadas para proteção animal, não temos hospitais veterinários gratuitos, não temos nada. O problema do animal em Belém, no Pará, é tão somente do protetor, que resgata, que cuida, que castra, que coloca para adoção e assume toda a responsabilidade. Então, volto a repetir, não é caro, não sai caro, basta ter compromisso e boa vontade, realmente, para fazer aquilo em que se acredita. E a gente pede, se for possível, que se desloquem para lá, porque a gente precisa mesmo, porque não é fácil a gente manter um abrigo com 460 animais sem apoio de nada nem de ninguém.

Eu trouxe as fotos dos animais recuperados. Eu não sei se é possível passar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Raquel, deixa eu falar, nós começamos uma votação nominal agora, viu, Deputado Luiz Carlos Ramos, então, nós vamos ter que parar um pouquinho.

Se você quiser deixar as fotos, nós vamos ter uma outra audiência pública, uma outra oitiva, à qual virá o Prefeito Marcelo Pamplona. Então, vou apresentar a reportagem e as fotografias antes do depoimento dele.

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Infelizmente, nós vamos ter que parar aqui por causa da votação nominal.

A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - Quero lhe entregar os exames negativos para leishmaniose.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou ficar com os exames negativos para leishmaniose, que serão entregues ao Sub-Relator Chico Lopes e ao Relator Ricardo Tripoli.



A SRA. RAQUEL FERREIRA VIANA - O vídeo também ficou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O vídeo também você deixa.
Tudo o que você deixar vai ser entregue para os Relatores.

Agradeço a presença aos dois.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão, convocando para a próxima terça-feira, às 14 horas, reunião para a votação de requerimentos e oitivas de convocados.

Está encerrada a sessão.